

Governança inclusiva é essencial para garantir que a indústria extractiva contribua para a transformação estrutural da economia



Creditos: Preto & Branco

Embara tenham contribuído para um crescimento económico forte na última década, os investimentos da indústria extractiva não tiveram o impacto desejado na redução da pobreza e na diversificação da economia. Aliás, o panorama económico mais recente não permite alimentar grandes expectativas de que isso venha a acontecer

futuramente, quando os projectos de gás natural da Bacia do Rovuma entrarem para a fase de produção. Esta é uma das ideias centrais defendidas por Dimas Sinoa, pesquisador do CDD, que falava na qualidade de orador do segundo *webinar* da série sobre “Indústria Extractiva, Governança Inclusiva e Transformação Económica Estrutural”. Trata-



Dimas Sinoa, Pesquisador do CDD

-se de uma série de webinars que é organizada pelo CDD, em parceria com o Centro de Estudos Africanos da Universidade de Leiden do Reino dos Países Baixos, no âmbito do programa African Policy Dialogue (APD).

Dissertando sobre o tema “O Papel da Indústria Extractiva no Crescimento Económico e na Transformação Estrutural”, Dimas Sinoa chamou à colação os projectos de exploração de carvão mineral de Tete para mostrar até que ponto avultados investimentos na indústria extractiva não são necessariamente garantia de uma transformação estrutural da economia, quer a nível local, quer a nível nacional. Por outras palavras, Dimas defende que os projectos de exploração de carvão mineral que projectaram a província de Tete como o “el dourado” de Moçambique e destino de eleição para homens de negócios não corresponderam às expectativas que se geraram entre os moçambicanos.

“As comunidades continuam a queixarem-se de altos níveis de poluição, fracos de mecanismos de consulta comunitária por parte das empresas de mineração, descontinuidade nos programas de financiamento ao desenvolvimento, para além do alto cus-

to de vida originado pela inserção daqueles projectos e que as comunidades devem suportar. Portanto, ao longo de todos esses anos, a abundância de recursos naturais não foi transformada em riqueza para aquela comunidade. De modo geral, a população de Tete e de Moatize em particular não se sente incluída no processo de exploração dos recursos minerais”, explicou o pesquisador do CDD.

A exploração do carvão mineral de Tete serve ainda para mostrar como o *boom* de recursos naturais não foi capaz de fortalecer outros sectores da economia, sobretudo com a agricultura - que emprega a maior parte da população moçambicana. “O aumento do peso da indústria extractiva no PIB não se faz reflectir na absorção de mão-de-obra (participa em menos de 1% no total de emprego). Isto significa que a indústria extractiva contribui muito pouco para a partilha directa dos rendimentos provenientes das receitas de exploração de recursos naturais entre os moçambicanos. Enquanto isso, a agricultura, não obstante o seu contributo para o PIB ter caído para cerca de 25%, continua sendo a principal fonte de emprego para a maioria

dos moçambicanos. A indústria manufactu- reira é praticamente inexistente e os serviços são, na sua maioria, dedicados à comercia- lização de produtos importados com pouco valor acrescentado para o PIB”.

Na sua apresentação, Dimas Sinoia avan- çou com algumas recomendações para que a indústria extractiva contribua, não só para o crescimento económico, mas acima de tudo para a transformação estrutural da economia nacional. E a primeira consiste em estabele- cer um modelo de governação inclusiva que garanta que todas as pessoas interessadas tenham voz e participem do processo de to- mada de decisões em prol de uma gestão transparente e criteriosa dos recursos naturais e das receitas que advêm da sua exploração.

Outra recomendação tem que ver com a necessidade de potencializar o gás natural da Bacia do Rovuma para o desenvolvimento nacional. E isso passa por usar o gás natural para a produção de energia eléctrica. Além de ser usada a nível doméstico, a energia ge- rada a partir do gás pode ser exportada para os países vizinhos; passa também por usar o gás para a produção de fertilizantes em gran- de quantidade e a baixo custo, com vista a promover maior produtividade e competi- tividade na agricultura. As recomendações incluem ainda a necessidade de uso do gás

para a produção de combustíveis e afins. É preciso lembrar que os combustíveis fazem parte da lista dos principais produtos impor- tados em Moçambique, por isso a aposta na produção nacional iria concorrer para a redu- ção das importações e, conseqüentemente, para a poupança de divisas.

“Embora a actividade da indústria extracti- va não crie directamente muitos empregos, a longa cadeia de valor dos projectos de gás natural, por exemplo, pode gerar uma ampla gama de oportunidades para a diversificação da economia através da promoção da manu- factura e serviços no âmbito das políticas de conteúdo local. Por isso é importante garan- tir que o conteúdo local seja uma realidade primeiro nas regiões afectadas pelos projec- tos de LNG, mas também no País como um todo”, concluiu Dimas Sinoia.

Convidado a fazer comentários em relação ao tema em debate, Stiven Ferrão, activista social da Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC), defendeu que a indústria extractiva em Moçambique não alterou a estrutura económica nacio- nal. “Houve captação de receitas por parte do Estado, mas não houve desenvolvimento inclusivo”, defendeu o activista da AAAJC, uma organização da sociedade civil baseada em Tete.

“Diálogos como este são um ponto de partida para discutir os desafios e o papel da governação inclusiva”, Anika Altaf, Coordenadora da Plataforma INCLUDE

O APD é implementado no contexto do IN- CLUDE, uma plataforma de produção e par- tilha de conhecimento e de engajamento entre a academia, organizações da sociedade civil e fazedores de políticas públicas. No *we- binar* da semana passada, a Plataforma IN- CLUDE esteve representada pela respectiva Coordenadora, Anika Altaf. Na sua interven- ção, ela defendeu que a indústria extractiva pode ser uma estratégia chave para a trans- formação estrutural da economia, ao contri- buir para a redução da pobreza e provisão de oportunidades económicas. “As crescentes desigualdades dentro dos países afectam a



estabilidade social e política e o crescimento económico. Existem oportunidades nos projectos de LNG em andamento para jovens e mulheres (...), mas também sabemos que essas áreas infelizmente enfrentam conflitos e deslocamentos da população. Então diálogos como o de hoje são um ponto de partida para discutir os desafios e o papel da governação inclusiva, que, conforme ficou comprovado nos últimos *webinars* do CDD,

é essencial. Nós olhamos para o desenvolvimento como algo muito mais do que o crescimento económico. Também olhamos para as dimensões não monetárias do bem-estar, então olhamos para a educação, saúde e liberdade política. Significa que não olhamos apenas para o nível de resultados, mas também para a distribuição. Apenas a equidade importa”, disse Anika Altaf, Coordenadora do INCLUDE.

“Os projectos da indústria extractiva deveriam contribuir para a criação de histórias de sucesso de empresas moçambicanas”, Júlio Sethy, representante do sector privado de Cabo Delgado

Depois de Tete, Cabo Delgado passou a ser o destino preferencial dos investimentos da indústria extractiva, graças às enormes reservas do gás natural da Bacia do Rovuma. Falando no *webinar*, o representante do sector privado de Cabo Delgado defendeu que as multinacionais petrolíferas devem potencializar as pequenas empresas moçambicanas para que cresçam e se tornem competitivas. “Não temos nada contra as empresas estrangeiras, mas elas devem trazer um efeito multiplicador e ajudar a desenvolver as empresas nacionais. Por exemplo, não precisamos de empresas estrangeiras para a extracção de pedra e areia de construção. A primazia deve ser dada às empresas de moçambicanos. Os grandes projectos da indústria extractiva deveriam contribuir para a criação de histórias de sucesso de empresas moçambicanas. E histórias de sucesso significa, por exemplo, termos empresas moçambicanas como subcontratadas das multinacionais petrolíferas. Do lado do Governo, é preciso aprovar uma lei que proteja as empresas moçambicanas, permitindo que elas concorram com algum privilégio no fornecimento de bens e presta-



ção de serviços às multinacionais. Na contratação de mão-de-obra, sempre que possível, seria importante privilegiar os moçambicanos. É certo que para alguns trabalhos não temos mão-de-obra qualificada”.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula

Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

